



## Língua na mídia: a construção do cotidiano da língua portuguesa no discurso do jornalismo impresso<sup>1</sup>

Bruno Ribeiro NASCIMENTO<sup>2</sup>  
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

### RESUMO

Para as ciências da linguagem, o *certo* e o *errado* na língua são noções relativas. No entanto, convive-se com essas noções como se fossem um valor absoluto, portadoras de uma verdade inerente e imutável. Diante disso, esse artigo visa refletir como o jornalismo participa significativamente da formação de consensos sobre as noções de língua portuguesa na vida cotidiana de cada um de nós. Mesmo a notícia sendo uma construção subjetiva da realidade, o jornalista contribui para o estabelecimento de acordos a respeito de valores e atitudes, indicando o que é socialmente desejável e adequado. O caminho seguido aqui será o do formismo, teoria do cotidiano proposta por Michel Maffesoli que não parte de nenhum conceito apriorístico a fim de encontrar a profunda aparência da vida cotidiana.

**PALAVRAS-CHAVE:** língua; cotidiano; teorias do jornalismo; formismo.

### INTRODUÇÃO

É fato para as ciências da linguagem que a variação é uma característica inerente a qualquer língua. Numa mesma língua, por exemplo, há regras diferentes para designar uma mesma construção: no dia a dia encontram-se pessoas que dizem *Os peixe, os livro e dez real*. A regra dessa gramática consiste em marcar com “s” apenas o primeiro elemento significativo, no caso o artigo e o numeral. Existe também outra gramática, essa bem mais famosa, conhecida como gramática normativa, que segue uma regra diferente: marca com “s” todos os elementos da sequência, *os livros, os peixes, dez reais*. O interessante é que essas duas construções são regulares, ou seja, as duas seguem regras estritas.

A partir daí a sociedade faz uma avaliação de cada uma dessas variedades, considerando uma *errada* e outra *certa*, uma *feia* e outra *bonita*. Cria-se assim uma língua que seria mais inteligível e exata do que outra. No entanto, “sendo a língua uma realidade essencialmente variável, em princípio não há formas ou expressões intrinsecamente erradas” (POSSENTI, 1996, p. 86). É a sociedade que faz uma avaliação de cada das variantes linguísticas, considerando uma *certa* e outra *errada*. Numa língua, é *certo* o que a sociedade considera *certo* e *errado* o que a sociedade considera *errado*. E tudo o que foge à variedade que a sociedade estipulou como *correta* ou *exemplar* é tido como erro ou, no nosso caso, não

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Teorias do Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, e-mail: m.brunno@gmail.com.



é considerado português. Por isso, é possível ouvir algumas pessoas dizerem que não sabem falar sua língua materna na sua própria língua materna. Ou seja, alguém diz “não sei falar português” em português! Dois fatores levam as pessoas a pensarem isso.

O primeiro é a confusão que foi criada ao longo dos anos entre língua, gramática normativa e ortografia. As pessoas tendem a achar que só é língua o que está prescrito nos compêndios gramaticais. Entretanto, a concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática normativa é resultado da inversão de uma realidade histórica: essa última foi escrita precisamente para “descrever e fixar como ‘regras’ e ‘padrões’ as manifestações linguísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados” (BAGNO, 2009, p. 80).

Em tese, as gramáticas normativas são decorrência da língua, sendo subordinadas e dependentes dela. Na prática, ainda impera no imaginário das pessoas que “saber português” é saber distinguir um complemento nominal de um adjunto adnominal ou conhecer como conjugar o verbo *trazer* no pretérito mais que perfeito composto do modo subjuntivo. Nesse ponto, é importante esclarecer que da mesma forma que o molde de um vestido não é um vestido, uma receita de bolo não é um bolo, um mapa-múndi não é o mundo, a gramática normativa não é a língua (BAGNO, 2009). A primeira é apenas uma tentativa de descrever a parcela mais visível e prestigiada da segunda.

Qualquer pessoa que fala é porque sabe falar. “Pode ser que falem de formas um pouco peculiares, que certas características do seu modo de falar nos pareçam desagradáveis ou engraçadas. Mas isso não impede que seja verdade que sabem falar” (POSSENTI, 1996, p. 29). E se sabem falar é porque sabem uma língua. E se sabem uma língua é porque sabem as regras de funcionamento dessa língua, ou seja, a gramática. “Todo falante nativo de uma língua *sabe* essa língua. Saber uma língua, na concepção científica da linguística moderna, significa conhecer intuitivamente e empregar com facilidade e naturalidade as regras básicas de funcionamento dela” (BAGNO, 2009, p. 51).

No entanto, depois de fixado as regras, as pessoas podem incorrer no preconceito de que existe uma *única* maneira *certa* de falar a língua portuguesa. E que essa maneira *correta* estaria estampada nas gramáticas. Essa ideia faz parte do que é denominado na academia de *preconceito linguístico*. O termo define qualquer juízo de valor que “estigmatiza direta ou indiretamente as pessoas que não dominam formas linguísticas consideradas certas por uma dada comunidade” (SCHERRE, 2005, p. 15 e 16).

O segundo fator diz respeito à dificuldade que temos em aceitar a diferença. Até aceitamos que as pessoas que falam outros idiomas falem de maneira diferente. Mas não



aceitamos pacificamente que os que falam nossa mesma língua empreguem construções que não são iguais as nossas. Nesse sentido, acreditamos que se uma pessoa fala nossa língua, mas emprega uma construção diferente, então ele não fala nossa língua. Ou então ele errou porque não fala igual à gente.

Os grupos que falam uma língua ou um dialeto em geral julgam a fala dos outros a partir da sua e acabam considerando que a *diferença* é um defeito ou um *erro*. Daí pensarmos, em geral, que os outros não sabem falar. Ou, ainda mais gravemente, acabarmos convencidos de que nós também não sabemos falar, se falamos de forma um pouco diferente daqueles que são para nós os modelos de comportamento linguístico (POSSENTI, 1996, p. 29).

É possível também que algumas pessoas achem errado, estranho ou um completo absurdo alguém falar *dez real*. Entretanto, é preciso reconhecer dois pontos. Como vimos, a noção de certo e errado na língua têm origem na sociedade, não na estrutura da língua. E essa avaliação muda com o passar dos anos. Uma construção errada numa sociedade pode futuramente ser considerada certa alguns anos depois nessa mesma sociedade. “A história nos mostra que quase sempre o futuro das variedades ‘baixas’ é vir a ser variedade ‘alta’.” (CALVET, 2002, p. 62).

A segunda constatação é que mesmo fazendo uso de uma variante linguística que não estamos acostumados ou que não gostamos, a pessoa que fala *dez real* jamais vai falar *reais dez* ou *real dez*. Em outras palavras, mesmo que essa pessoa não saiba o que é uma sintaxe de colocação, ela sempre vai falar numa sequência que traga numeral e o nome respectivamente, seguindo dessa forma uma gramática intuitiva. É uma regra diferente da regra que se encontra na gramática normativa, todavia, não deixa de ter sua lógica e sua regularidade. Dentro da língua portuguesa, há variações que as pessoas só falam porque a língua portuguesa permite, enquanto existem outras que não são admitidas linguisticamente. Assim, não existe nenhum caos linguístico. O que há sempre são normas inconscientes que regulam esses usos. Nenhuma língua já foi ou pode ser corrompida, assassinada ou ameaçada quando faz empréstimos de outros idiomas ou utiliza uma variedade menos prestigiada. Qualquer pessoa fala segundo regras gramaticais estritas.

Além disso, esses julgamentos de “erro” numa língua são feitos segundo critérios bem relativos. Um dos clichês dos estudos sociolinguísticos ilustra isso bem: o que importa não é *o que se diz*, mas *quem diz o quê a quem*. Como afirma Calvet (2002, p. 67) “o juízo sobre a língua atinge outro alvo, o falante”. Isso ocorre porque o que está sendo avaliado não é apenas a língua da pessoa, mas sim a própria pessoa. As questões que envolvem a linguagem não são simplesmente linguísticas, mas também ideológicas. Marcos Bagno (2003) explica que



quando os cidadãos mais letrados não seguem a gramática normativa, seus erros passam despercebidos e não provocam arrepios nem dores no ouvido, embora contrariem as normas gramaticais. Um engenheiro que diz *me dá o peixe* é considerado menos errado do que o comerciante da esquina que fala *os peixe* – mesmo que ambos contrariem a norma padrão. Assim, quando o “erro” de português se torna uma *regra* na língua falada pelos cidadãos mais letrados, ele passa despercebido. Dessa forma, surgem “erros” mais errados que outros, sendo essa escala proporcional à escala de prestígio sociocultural.

Outro ponto relevante é que análises científicas criteriosas já demonstraram que os erros de concordância falados por pessoas menos escolarizadas estão presentes também na fala de médicos, jornalistas, intelectuais, empresários e juristas (BAGNO, 2003). No entanto, *os peixe* ficará mais evidente e chamará mais atenção quando usado por alguém com antecedentes biográficos rurais, de origem operária, vindo de uma região geográfica desprestigiada ou sem formação. Na fala do membro da elite letrada, esse mesmo *erro* é perdoado, tratado como descuido ou lapso, com a justificativa de que essas pessoas podem se permitir falar assim porque sabem a forma *certa*.

## **EM BUSCA DA LÓGICA DO ILÓGICO**

A fim de entendermos como o jornalismo estabelece uma realidade padrão sobre as noções de língua portuguesa, é importante lembrar que essa construção não pode ser compreendida e baseada por um único ângulo, nem muito menos pode ser estabelecida de forma exata. Por isso, analisaremos como a sociedade, e dentro dela o jornalismo impresso, estabelece consensos e parâmetros sociais de normalidade e anormalidade sobre a língua através do paradigma do cotidiano, como proposto por Michel Maffesoli (2010).

O método adotado pelo teórico francês, o *formismo*, se opõe ao *positivismo* inaugurado no século XIX por Augusto Comte. O espírito positivo surgiu em oposição à filosofia iluminista que apenas criticava a sociedade. Para Comte, a preocupação da ciência deveria ser a de organização da comunidade. A filosofia positivista teria como objetivo não a destruição, mas a ordenação. Ordem e progresso. O positivismo procurou oferecer uma orientação geral para a formação da sociologia, afirmando que a “física social” deveria proceder em suas pesquisas com o mesmo estado de espírito, rigor e exatidão que dirigia outras ciências, como a astronomia, a química e a matemática. Por isso, a sociologia positivista deveria dedicar-se à busca dos acontecimentos constantes e repetitivos da natureza, como fazem as outras ciências.

A filosofia positiva deveria guiar o ser humano para a certeza, a precisão, a realidade. O positivismo não aceita outra realidade que não seja a dos  *fatos*. Isso aconteceria porque,



segundo eles, a ciência estuda apenas acontecimentos que pode podem ser mensurados e observados. A imaginação teria que ser subordinada à razão e à observação. “Tudo é submetido à razão; cada coisa deve fornecer suas razões” (MAFFESOLI, 2010, p. 59). Em sua unidade metodológica, a filosofia positiva partia do pressuposto que tanto os fenômenos da natureza, quando os da sociedade estavam regidos por leis fixas e invariáveis. Por isso, tudo deveria ser explicado, e por consequência, conceituado.

Já a corrente *formista* busca uma sociologia mais compreensiva a fim de entender a vida cotidiana. Para isso, o formismo metodológico traz para os estudos da investigação sociológica do cotidiano o “conhecimento ordinário”, a imaginação, a subjetividade, a alteridade, a sociabilidade, os microssaberes e outros aspectos que foram relegados para o segundo plano pela sociologia tradicional e pelo pensamento positivista. O formismo admite que exista uma lógica do ilógico, bem como uma razão do não racional. Como afirma Michel Maffesoli (1995, p. 63):

Nunca é demais insistir na nobreza da vida cotidiana. Pode-se dizer que é a partir do ‘ordinário’ que é elaborado o conhecimento do social. É conveniente insistir nisso, pois, por um lado, tal como um ponto cego, trata-se de um domínio que era estranhamente ignorado pelos intelectuais, e por outro, esse cotidiano parece ser uma das principais características do estilo estético do qual nos ocupamos aqui.

Maffesoli utiliza o termo *estilo*, a fim de apontar caminhos para uma sociologia compreensiva do cotidiano. Dessa forma, o cotidiano seria estudado não como um conceito fixo, fechado, acabado, mas como uma *forma* que vai sendo moldada sem a priori. Em vez de conceituar, o formismo insinua; no lugar de explicar, o formismo busca entender. Por isso, quando se fala em cotidiano, um conceito não consegue dar conta dessa noção, porque o conceito automaticamente exclui e enquadra a realidade social, impondo normas e padrões; já a forma agrega, soma e acrescenta, porque reconhece que um ser humano não é um ser único.

O cotidiano não é um conceito que se pode, mais ou menos utilizar na área intelectual. É um estilo no sentido de [...] algo mais abrangente, de ambiente, que é a causa e o efeito, em determinado momento, das relações sociais em seu conjunto [...] De tudo o que foi dito, deve-se lembrar que o estilo pode ser considerado, *stricto sensu*, uma “encarnação” ou ainda a projeção concreta de todas as atitudes emocionais, maneiras de pensar e agir, em suma, de todas as relações com o outro, pelas quais se define uma cultura (MAFFESOLI, 1995, p.64).

As teorias procuram dar informações sobre a ordem do seu objeto de estudo. Afinal, um objeto que fosse novo a cada instante seria simplesmente incognoscível. Por isso, a ciência busca a regularidade, a ordem, o comum, o repetitivo. A luz será sempre luz, seja

aqui, seja na China, seja na França ou no Egito. Não existe luz diferente. Aliás, se for diferente, terá um nome diferente e será uma onda eletromagnética diferente. No entanto, uma vez que “o rigor de uma ciência é diretamente proporcional à rotina do objeto” (ALVES, 2006, p. 104), há uma dificuldade nas ciências humanas de se fazer uma ciência rigorosa, não por deficiência das teorias, nem dos métodos, mas por causa da própria natureza do objeto, já que o próximo passo do homem é imprevisível.

A palavra caráter ajuda-nos a entender isso. Ela vem do verbo grego *charasso* que significa gravar. Assim, *charakter* significaria um gravador, uma coisa impressa, registrada, fixa. Nesse caso, as pessoas de caráter seriam aquelas pessoas totalmente previsíveis (ALVES, 2006). Como as coisas sem vida podem ser enquadradas em leis absolutas; e as ocorrências da natureza em leis quase absolutas, uma pedra teria mais caráter que uma árvore. E uma árvore teria mais caráter que um cachorro. Nesse sentido, à medida que a realidade vai se tornando mais complexa, à medida que nos afastamos do mundo físico-químico para o cotidiano, tudo vai ficando mais difícil de fixar, de *ter caráter* porque tudo parece diferente, irregular. Assim, pedras, árvores e cachorros teriam mais caráter que um ser humano.

Ao conceber o cotidiano como uma forma e não como um conceito propriamente dito, Michel Maffesoli propõe uma vigilância da respiração social, de seu antagonismo e de sua irregularidade, levando em consideração o fato de que boa parte da existência cotidiana é construída a partir da teatralidade e da superficialidade. “Não é o que um objeto social é, senão a maneira pela qual *se apresenta*, que pode guiar a investigação” (MAFFESOLI, 2010, p. 126). O cotidiano se constitui não como um objeto fixo, fechado, mas como uma forma.

Por isso, não podemos desprezar como um fenômeno se mostra, já que sua essência é revelada mediante a forma. A aparência, o simulacro, a duplicidade encontram na teatralização sua expressão mais perfeita já que praticamente todos os aspectos da existência social estão marcados pela teatralidade. A forma pode ser revelada tanto a partir das celebridades, quanto dos indivíduos comuns. Essa *razão sensível* valoriza tanto a ciência quanto o senso comum, uma vez que ela relembra que “a aprendizagem da ciência é um processo de *desenvolvimento progressivo do senso comum*” (ALVES, 2006, p. 12). A necessidade de compreender melhor o mundo a fim de viver melhor e sobreviver nele são objetivos em comum dos dois campos. Por isso, uma não é melhor do que a outra. A primeira é apenas uma forma mais sistematizada e organizada da segunda.

Nesse ponto, consideramos o senso comum como algo fundamental para estudar a mídia. Ao levar em consideração o paradigma do cotidiano e sua rica abordagem, pode-se compreender de forma privilegiada os meios de comunicação não como mecanismos de



poder, mas como um importante elemento da cultura nascente. Assim, o jornalismo pode ser olhado não como instância manipuladora da opinião pública, nem muito menos como uma perversa instituição ideológica que manipula a seu bel prazer, mas sim como motor que estrutura e entrelaça os indivíduos e seus relacionamentos. É graças à complexidade da sociedade onde está inserida que o estudo sobre a mídia e o cotidiano requer também instrumentos complexos a fim de compreender esse processo de construção de sentido.

Não tentando dar uma finalidade precisa aos mínimos atos da vida cotidiana e aceitando as aparências como tais, pode a sociologia vir a integrá-la em grandes estruturas, que informam a vida social, sem produzir mudanças notáveis no curso da história humana. O formalismo conceitual se empenha em conferir sentido a tudo que observa; assim, dá razão e submete à razão – ao passo que o ‘formismo’ se contenta em delinear grandes configurações que englobam, sem os reduzir, valores plurais e às vezes antagônicos da vida corrente (MAFFESOLI, 2010, p. 117).

## **JORNALISMO E A TEORIA CONSTRUCIONISTA**

A partir da segunda metade do século XX a Teoria Construcionista se opôs, nos estudos do jornalismo, ao paradigma positivista que afirmava que o jornalismo seria um reflexo da realidade tal como ela é. A teoria que melhor ilustra esse modelo é a *teoria do espelho*, que foi utilizada como metáfora autoexplicativa: “as notícias são do jeito que as conhecemos porque a realidade assim as determina” (PENA, 2006, p. 125). A imprensa funcionaria como um espelho do real, refletindo apenas o que acontece no cotidiano e o jornalista seria apenas um mediador desinteressado que observa os fatos a fim de emitir um relato objetivo sobre suas observações.

Essa perspectiva foi substituída na década de 1970 por outras formulações teóricas que concebem o jornalismo como uma parte seletiva do cotidiano. Para o Construcionismo, “toda representação é uma construção subjetiva da realidade” (BENETTI, 2008, p. 110). Nesse sentido, a notícia não é neutra, imparcial ou objetiva. Pelo contrário, ela entra num jogo de disputas políticas, econômicas, mercadológicas e ideológicas antes e depois de ser “impresa”. Ao redigir qualquer matéria, o jornalista “enquadra” nelas também suas ideologias, suas impressões, seu imaginário, suas atitudes e seus sentimentos, além do posicionamento institucional do veículo. De relato *fidel* dos acontecimentos, a notícia agora é vista como uma construção subjetiva da realidade. “O jornalismo está longe de ser o espelho do real. É, antes, a construção social de uma suposta realidade” (PENA, 2006, p. 128).

Essa construção subjetiva da realidade no jornalismo se dá porque a língua é por natureza argumentativa. Mas não somente a língua, como também o uso que fazemos dela nas diversas



esferas da atividade humana transmite nossas intenções e nossas subjetividades. Como toda atividade que envolve interação pressupõe intenção, ninguém fala ou escreve sem um objetivo ou sem uma finalidade – mesmo que o jornalista não tenha consciência disso. Falamos sempre visando um determinado fim. Intenção e comunicação são duas partes da mesma moeda. Até o discurso que se diz ou pretende ser neutro e imparcial já traz em si uma ideologia: a da sua própria objetividade.

Ao produzir um discurso, o homem se apropria da língua, não só com o fim de veicular mensagens, mas, principalmente, com o objetivo de atuar, de interagir socialmente, instituindo-se como EU e constituindo, ao mesmo tempo, como interlocutor, o outro, que é por sua vez constitutivo do próprio EU, por meio do jogo de representações e de imagens recíprocas que entre eles se estabelecem (KOCH, 2002, p. 19).

Por isso, podemos dizer que a informação jornalística não existe em si, como algo exterior ao homem. Ela implica em um processo de produção de enunciação do discurso em uma determinada situação comunicacional, que depende, entre outros fatores, de técnicas específicas do jornalismo. “O sentido não se doa, mas é construído pelo trabalho da enunciação discursiva” (FAUSTO NETO, 1999, p. 9). Daí ser possível afirmar que a notícia ou a reportagem não são traduções *stricto sensu* do cotidiano, mas apenas sua representação. Em outras palavras, o jornalismo enquanto “construtor de realidades” não reproduz a realidade em si, mas apenas um recorte dela (CHARAUDEAU, 2009).

Ainda é importante lembrar que a noção de que o jornalismo distorce a realidade, como se bastassem boas intenções e ferramentas adequadas para retratar fielmente os fatos, também é descartada segundo o paradigma Construcionista (BENETTI, 2008). Afinal, a própria escolha vocabular para redigir uma matéria expressa o ponto de vista do redator em relação ao mundo que o cerca, mesmo que o jornalista não afirme isso explicitamente. Quando o jornalista escolhe uma palavra, ele está automaticamente demarcando um campo ideológico e impondo ao texto uma forma discursiva de ler o cotidiano. Isso fica evidente pelo fato dele selecionar determinadas estruturas linguísticas, e não outras, a fim de melhor apresentar o que ele pretende dizer. Depois disso, a simples seleção de notícias e opiniões a serem reproduzidas no jornal já implica uma opção de escolha do editor.

Para Charaudeau (2009), informação e comunicação são noções que remetem a fenômenos sociais. As mídias, nesse caso, se apossariam desses suportes organizacionais a fim de integrá-los em suas mais diversas lógicas, sejam elas de ordem econômicas, políticas ou mercadológicas. A informação, portanto, é resultado final de um complexo processo de produção de notícias que envolvem várias variáveis, indo desde a rotina profissional do



jornalista até restrições ligadas à seleção dos fatos, jogo de interesse econômico-mercadológico, utilização das fontes e as tentativas de agradar a audiência.

Deste modo, informação e enunciação caminham juntas, uma vez que a notícia é construída em cima de um saber que depende do campo de conhecimento que rodeia o ocorrido, da situação de enunciação e do dispositivo que a coloca em funcionamento (CHARAUDEAU, 2009). No jornalismo, o produto final “notícia” é resultado da interação social entre aspectos intersubjetivos e de organização institucional do campo do jornalismo. Não há como separar o jornalista da notícia, nem a notícia do jornalista. Em certo sentido, a notícia é o que o jornalista é.

No entanto, a fim de fugir da subjetividade que é inerente a qualquer língua, os jornais abarcam efeitos de verdade e objetividade visando conferir às suas notícias uma feição de realidade aos fatos narrados. “O jornalismo é uma forma narrativa que, no geral, se ‘esvazia’ esteticamente em nome da objetividade” (PEREIRA, 2002, p. 76). O uso de alguns critérios como o discurso direto, fala de especialistas e de testemunhas, assunto de interesse público, entre outras estratégias discursivas, confere socialmente ao fato narrado independência, honestidade e confiabilidade.

Visando essas técnicas que, em tese, dariam a notícia um caráter objetivo, ainda hoje o discurso dos jornais e revistas defendem a teoria do espelho, argumentando que as notícias são como são porque refletem a realidade. Os jornais empregam semanticamente a palavra objetividade como sinônimo de verdade, afirmando que ser objetivo é conseguir a separação entre fatos e opiniões (PENA, 2006). Esse discurso dá credibilidade ao jornal, mostrando que eles são “imparciais” e estão munidos de um saber de narração dos fatos baseados em métodos que garantem a objetividade e, por consequência, a verdade dos acontecimentos.

Aqui, é bom esclarecer que o fato da notícia ser argumentativa, com o jornalista sempre colocando sua visão de mundo numa matéria, não é um questionamento sobre a integridade desses profissionais. É apenas o reconhecimento da impossibilidade de ser objetivo, no sentido positivista do termo, já que a língua é inerentemente argumentativa.

É importante também destacar que apesar de não serem traduções *stricto sensu* do cotidiano, as notícias não são ficcionais, sem nenhuma correspondência com a realidade exterior. O que o método construcionista enfatiza é o caráter convencional das matérias, admitindo que elas também informam e tem referência na realidade externa. No entanto, essas mesmas notícias “também ajudam a construir essa mesma realidade e possuem uma lógica interna de constituição que influencia todo o processo de construção” (PENA, 2006, p. 129).



Essa notícia é construída de acordo com critérios como noticiabilidade, valor-notícia e rotinas produtivas.

## **COTIDIANO COMO FONTE PARA O JORNALISMO**

É no cotidiano que o jornalismo busca a todo o momento pautas e interesses a fim de construir a notícia e reconstruir a realidade. Como prática social, o exercício jornalístico reproduz costumes, participando ativamente da formação da nossa realidade cotidiana. Transformando-se em lugares de passagem daquilo que a sociedade produz discursivamente, as mídias se tornam uma das principais instâncias de mediação no processo de visibilidade e de produção de sentido.

As pessoas costumam depender da mídia para se informar. Daí ser possível escutá-las falando que, se passou no jornal, então aconteceu. “Eu vi hoje na TV”, é uma expressão que costuma ser dita a fim de dar credibilidade ao acontecimento narrado. Quando seleciona os acontecimentos que serão notícias, o jornalismo exerce um papel fundamental na sociedade, determinando o que o público ficará sabendo ou não. Essa seleção dos fatos acaba delegando ao jornalismo o poder de decidir o que será ou não noticiado, atribuindo maior ou menor importância a determinando acontecimento, colocando ou não em evidência certo evento. “O jornalista não tem o monopólio da informação, mas, em contrapartida, possui o monopólio da legitimação da informação-notícia em qualquer suporte” (WOLTON, 2011, p. 73).

Dessa forma, o jornalista noticia a partir dos relatos do mundo real, mas não da sua totalidade, já que somente parte do todo é narrada. Essa parte escolhida é selecionada, simplificada e enquadrada em determinado ponto de vista. “Os jornais constroem o cotidiano do leitor comum esvaziando as riquezas semânticas da vida cotidiana” (PEREIRA, 2002, p. 78). Por ser uma organização discursiva, o campo jornalístico se constitui como uma atividade que atua na construção dos discursos e práticas provenientes dos múltiplos campos sociais (FAUSTO NETO, 1999). Quando o homem se depara com os recortes da vida cotidiana apresentados pelo discurso jornalístico, ele passa naturalmente a ter contato com uma parcela fragmentada desses acontecimentos, distanciando-o da amplitude e da complexidade da vida cotidiana em que se encontra inserido. “Os fatos cotidianos aparecem isolados dos estatutos sociais e das forças estético-ideológicas empreendidas na luta pela ocupação dos espaços na sociedade” (PEREIRA, 2007, p. 67).

No processo de construção social da realidade, as pessoas terão a mídia como parâmetro de orientação do cotidiano. Por isso, a mídia no geral e o jornalismo impresso em particular acabam estabelecendo “consensos” parâmetros sociais de normalidade e anormalidade. “O



jornalismo acaba indicando o que seria socialmente desejável, normal e adequado” (BENETTI, 2008). Com essa “força” em mãos, Thompson (2008, p. 106) afirma que os meios de comunicação desempenham um importante papel no andamento dos acontecimentos e na construção do mundo social.

A mídia se envolve ativamente na construção do mundo social. Ao levar as imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência.

Como a realidade que o indivíduo molda é permanentemente afetada pelo acesso aos conhecimentos disponíveis, à mídia se torna ponto de referência para nosso cotidiano, construindo conceitos que farão parte do nosso dia a dia e tornando-se uma das principais formadoras do ambiente social em que vivemos. A mídia “filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condição da vida diária, para a produção e manutenção do senso comum” (SILVERSTONE, 2005, p. 20). Por outro lado, se determinado aspecto da vida cotidiana aparece nos jornais é porque há uma parcela considerável de leitores interessados no assunto. De certa forma, isso significa que nem tudo que a mídia fala, será aceito passivamente pelo público. Afinal, “o sentido que os indivíduos dão aos produtos da mídia varia de acordo com a formação e as condições sociais de cada um, de tal maneira que a mesma mensagem pode ser entendida de várias maneiras em diferentes contextos” (THOMPSON, 2009, p. 42).

Esse processo de conversação que a mídia mantém com o cotidiano oferece a possibilidade dos meios de comunicação social se apresentarem como a própria “praça pública”. Dessa forma, as falas públicas e privadas são transformadas em discursos públicos, mas que são privatizados segundo determinadas condições de produção do campo jornalístico. “A noção de publicização está cada vez mais subordinada a operadores de construção discursiva de cada dispositivo de produção de sentido” (FAUSTO NETO, 1999, p. 76). As mídias atuam não apenas anunciando a noção de realidade, mas convertendo-se, elas mesmas, como lugar pelo qual a realidade não só atravessa, mas se faz nelas.

## **JORNALISMO, RETÓRICA E LUGARES COMUNS**

Com isso, o jornal se torna protagonista nesse jogo de produção de sentidos. Em outras palavras, tanto os saberes dos discursos presentes no cotidiano tocam as mídias, quanto às regras de funcionamento de mensagem afetam o funcionamento da cotidianidade, estabelecendo e transformando significados. A atividade jornalística tanto produz um



conhecimento particular, quanto reproduz conhecimentos gerados por outros atores. “As mídias são ‘leitor de outros discursos’, mas ao mesmo tempo, hiperprodutor dessa grande conversação, quando funcionam no processo de organização e oferta das condições através das quais devem ser lidos os discursos e tidos como verdades” (FAUSTO NETO, 1999, p. 23). Essa construção de sentido sobre a realidade é edificada num processo de mútua interferência entre o cotidiano e a mídia.

A mídia dá visibilidade a fatos, situações ou pessoas da nossa sociedade. Esse “olhar” feito pelos meios de comunicação depende de um conjunto de elementos que conferem ao acontecimento o estatuto de notícia. A partir daí, como já vimos, o jornal impresso nos manda “ler” ou “ver” um determinado fenômeno do nosso cotidiano através uma ótica influenciada por um conjunto de leis e condições de produção internas. As “falas” que ganham visibilidade na mídia ganham automaticamente uma visibilidade pública, passando (ou não) a influenciar o cotidiano das pessoas, servindo como referência, tornando-as o nosso próprio cotidiano.

A fim de dar conta de toda complexidade da vida cotidiana, o jornalista precisa simplificar uma realidade que é complexa, numerosa e contraditória, objetivando tornar as questões do cotidiano compreensíveis para o maior número de pessoas possíveis (WOLTON, 2011). Isso acontece porque a mídia precisa convencer de que determinado fato realmente aconteceu. E isso só acontecerá se determinado evento for inteligível para o maior número de pessoas possíveis. Diante desse problema, dois fatores são necessários para garantir a confiança do público nos meios de comunicação. O primeiro diz respeito à credibilidade do veículo que reproduz a notícia. Nossa confiança nas instituições que emitem a notícia é essencial para acreditarmos em determinado relato.

O segundo ponto reside nas estratégias retóricas que jornalismo utiliza a fim de nos convencer da veracidade do seu relato. Para isso, os veículos de comunicação utilizam as convenções sociais e os lugares-comuns para dar confiabilidade ao acontecimento.

O noticiário e o documentário nos fornecem o material do mundo real em formas e estruturas e tons de voz que nos convencem de sua veracidade e de sua honestidade. Geralmente, não temos dificuldade em aceitar o que é dito, em aceitar, pelo menos, sua agenda (SILVERSTONE, 2005, p.77).

A fim de persuadir as pessoas, o jornalismo busca algum grau de identificação entre o fato e o público, buscando convencer esse último sobre a veracidade do que está sendo narrando pelo primeiro. Por isso, Benetti (2008, p. 110) afirma que “o jornalismo lança mão de mapas de significado que existem na sociedade e ajuda a reforçá-los ou apagá-los, contribuindo para o estabelecimento de ‘consensos’ a respeito de valores e atitudes”.



A fim de capturar essa identificação entre o acontecimento e o público, a mídia costuma ir aos lugares-comuns, visando unir o novo com o óbvio, o fato que acabou de acontecer com o que é familiar. Por lugares-comuns, entendemos aqui os lugares, as ideias e os valores, as molduras de significados que são comuns a falantes e ouvintes. São, mais especificamente, os mapas culturais compartilhados por uma determinada comunidade (SILVERSTONE, 2005). Cada sociedade terá seus próprios lugares-comuns.

Dessa forma, o jornalismo recorre às lembranças compartilhadas pelo público a fim de autorizar seu discurso. O senso comum é utilizado pelo discurso midiático como força retórica, com o objetivo de convencer e seduzir a audiência. “Os lugares-comuns são onde a retórica encontra e explora o senso comum, às vezes pelo clichê, amiúde pelo estereótipo, formando uma estrutura de cognição e reconhecimento sem o qual tentativas de persuasão resultam em nada” (SILVERSTONE, 2005, p. 70).

### **JORNALISMO, SENSO COMUM E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

No livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz* (2009), Marcos Bagno apresenta oito mitos sobre a língua portuguesa que estão fortemente arraigados no imaginário social da população brasileira, além de serem constantemente divulgados pelos meios de comunicação social. O livro foi reflexo do que vinha acontecendo no Brasil desde a década de 1990: a popularização de “aulas de português” nos meios de comunicação, principalmente na mídia impressa. Ainda hoje estão presentes em programas de TV, artigos de jornal e blogs da internet, colunistas que se dedicam a corrigir os principais “erros” de português das pessoas.

Um ponto que chama atenção é que a presença exaustiva dessas colunas já é um indicativo da relevância que se dá ao enfoque normativo da língua em nossa sociedade. Esse viés de estabelecer à língua apenas como o lugar do “certo” e do “errado” não reconhece a verdadeira diversidade do português falado no Brasil – variedade que é inerente a qualquer língua. Essas correções partem do falso pressuposto de que, para cada caso, a língua oferece apenas uma forma correta de falar, sendo qualquer outra variante identificada como erro.

Uma das consequências desse tipo de atitude é que “como representantes legítimos da sociedade brasileira, os jornais brasileiros, de forma mais ou menos explícita, apresentam situações diversas de preconceito linguístico” (SCHERRE, 2005, p. 38). Daí as pessoas acreditarem que há uma língua estruturalmente mais certa do que outra, que há um dialeto mais correto do que outro, ou que há uma variedade mais exata do que outra (SCHERRE, 2005). Poucos percebem que as formas consideradas “certas” são as que pertencem à língua, ao dialeto ou à variedade das pessoas que detém o poder econômico ou cultural.



Baseado nesse conservadorismo linguístico, a mídia constrói representações linguísticas no cotidiano que tomam o lugar da realidade (BAGNO, 2009). Em outras palavras, sendo a relação entre língua e cotidiano uma realidade essencialmente complexa e variada, a mídia no geral e o jornalismo impresso em particular, constroem uma realidade simples e normativa sobre a “utilização” da língua portuguesa na sociedade a fim de conseguir enquadrar no seu discurso um cotidiano que é polissêmico e heterogêneo. Para isso, as noções sobre a língua portuguesa que estão presentes no senso comum e no imaginário da população brasileira são retomadas a fim de fortalecer retoricamente o discurso midiático.

Por isso, a maior parte das notícias e opiniões sobre a língua são selecionadas segundo clichês dos próprios jornalistas, o que acaba fazendo com que os meios de comunicação funcionem como agentes de manutenção desse tipo de preconceito. É importante lembrar que essas noções normativas sobre a língua não são imposições dos jornalistas na cabeça das pessoas. Afinal, quando o assunto é língua “o que acontece na mídia nada mais é do que o reflexo do pensamento de grande parcela da sociedade” (SCHERRE, 2005, p. 145).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como *certo* e o *errado* na fala têm origem na sociedade e não na estrutura da língua, é interessante perceber como o jornalismo impresso “fabrica” uma realidade sobre o “uso” da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que reflete algumas noções do imaginário social em suas matérias e colunas sobre a linguagem. Afinal, em qualquer processo midiático, as complexidades da vida cotidiana são drasticamente reduzidas a fim de enquadrar nas páginas dos jornais uma realidade que é polissêmica e variada. A consequência inevitável é o preconceito de que, para cada situação, a língua oferece apenas uma forma correta de falar, sendo qualquer outra variante identificada como erro – ideia que faz parte do *preconceito linguístico*.

Além disso, com o advento das teorias construcionista, a notícia, que antes era vista como um relato fiel e imparcial dos acontecimentos, passou a ser apresentada como uma construção subjetiva da realidade. Dependendo da intenção do jornalista, ele seleciona determinadas estruturas linguísticas, uma vez que elas, e não outras, são úteis para o que ele pretende dizer. Sendo a língua argumentativa por natureza, quem escreve pretende atingir um determinado fim, e convencer visando alcançar um propósito. Dessa forma, através de estruturas linguísticas presentes nas matérias, a subjetividade de quem escreveu a notícia se processa materialmente no texto. Daí ser possível dizer que o jornalista muitas vezes acaba achando exatamente aquilo que ele quer ver.



Por isso, a fim de entender essa relação entre mídia, língua e o cotidiano, o formismo se mostra um método capaz de ajudar a compreender como as formas sociais constroem a realidade com o qual operamos. Recusando as certezas e a exatidão do positivismo clássico, a compreensão do cotidiano como uma *forma* ajuda a busca na aparência e na teatralidade os fenômenos sociais que são dotados de riquezas e significados, sem nenhum conceito apriorístico. Dessa forma, procuraremos contribuir para o reconhecimento das variantes linguísticas populares bem como sua possível estigmatização na imprensa a fim de identificar um preconceito que está presente no dia a dia, mas que raramente é notado.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo, Loyola, 2006.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.
- BENETTI, Márcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org). **Metodologia de Pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e Mídia Impressa**. São Paulo: Hacker, 1999.
- KOCH, Ingedore. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAFFESOLI, Michel. **Conhecimento comum**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- \_\_\_\_\_. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofício, 1995.
- PEREIRA, Wellington. **O beijo da noiva mecânica**. João Pessoa, Manufatura, 2002.
- \_\_\_\_\_. A comunicação e a cultura no cotidiano. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 32, abr, 2007.
- PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- SCHERRE, Maria. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a Mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulinas, 2011.